

BOLETIM 741

Brasília, 25 de fevereiro de 2019



Centrais Sindicais definem agenda contra reforma da Previdência

As centrais sindicais se reúnem na próxima terça-feira (26) para avançar na construção do calendário de mobilização nacional, com atos públicos e protestos nos locais de trabalho, além de uma ampla campanha de conscientização da população acerca da gravidade da proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional.

A Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora ocorreu na última quarta-feira (20) já com essa deliberação. O manifesto unificado lançado na reunião passada antecipa que será definido um dia nacional de lutas e mobilizações em defesas das aposentadorias e da Previdência, e que os dias 8 de Março – Dia Internacional da Mulher e 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador

também serão datas de mobilizações unificadas contra a reforma.

Pior que o Temer - A proposta é bem pior do que a do governo liderado por Temer, que foi reprovada pelo povo e acabou não sendo votada no Parlamento. Nenhum trabalhador poderá se aposentar antes de completar 65 anos ou 62 anos, no caso das mulheres e a idade mínima. A aposentadoria por tempo de contribuição acaba, mas a o tempo de contribuição mínima para que o trabalhador, independente da idade, tenha acesso ao direito será elevado de 15 para 25 anos e ele terá pagar por pelo menos 40 anos para conseguir 100% do valor da aposentadoria.

Serão introduzidas novas restrições e dificuldades que tendem a inviabilizar o acesso à aposentadoria para a maioria da classe trabalhadora, tendo em conta a alta rotatividade do mercado de trabalho brasileiro. Ao longo do tempo, com a imposição concomitante do modelo de capitalização e da carteira de trabalho verde e amarelo (à margem dos direitos previstos na CLT e mesmo na Constituição), a aposentadoria pública, tal qual existe hoje, será extinta e todo o sistema previdenciário estará privatizado.

No regime chileno de capitalização, com o qual sonha o banqueiro Paulo Guedes, patrões e governos não contribuem para o sistema previdenciário. O trabalhador arca com todos os custos para no final das contas receber, depois de anos e anos labutando e pagando a chamada Previdência complementar, uma aposentadoria miserável cujo valor não chega a 50% do salário mínimo.

Fonte: Portal Vermelho

Reforma: contribuir por até 40 anos será desafio quase inalcançável

Não só os mais pobres, mas também a classe média terá dificuldades em cumprir critérios para acessar aposentadoria integral se a reforma do governo Bolsonaro foi aprovada, aponta economista

Para a maioria dos trabalhadores da iniciativa privada, sujeitos a volatilidades do mercado como desemprego, informalidade ou o trabalho temporário e intermitente – modalidades consolidadas pela reforma trabalhista –, o principal desafio será garantir contribuição de 40 anos para ter direito a uma aposentadoria minimamente digna, caso a proposta de reforma da Previdência do governo Bolsonaro seja aprovada.

Esse é o tempo previsto no projeto do governo para que o trabalhador tenha direito a aposentadoria correspondente a 100% da sua média salarial. Com 20 anos de contribuição, o valor do benefício vai corresponder a 60% da média dos salários recebidos.

Segundo o economista Eduardo Fagnani, a tendência é que, daqui a 20 ou 30 anos, a maioria da população, em especial os mais pobres, fiquem restritos à Assistência Social, e não à Previdência. Em entrevista aos jornalistas Marilu Cabañas e Glauco Faria na Rádio Brasil Atual nesta sexta-feira (22), ele destaca que o desafio de manter um emprego formal é maior ainda a partir dos 55 anos.



Não só os mais pobres, mas também a classe média deve sofrer para arcar com esse desafio, com possibilidades "remotas" de ser vencido. "A classe média está na iniciativa privada, sujeita às tensões e inseguranças do mercado de trabalho, como alta rotatividade, desemprego, informalidade, trabalho parcial e intermitente, modalidades de empregos que não são contínuas", diz Fagnani, que também é professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Para o economista, o funcionário público tem mais chances de cumprir esses critérios de tempo de contribuição devido à estabilidade do emprego, mas afirma que as alíquotas de contribuição previstas no projeto de reforma, que chegam a até 22% para os maiores salários, configuram praticamente um "confisco", o que acarreta resistência dos servidores.

Já a contribuição dos maiores salários, se transferidas para um modelo de capitalização – já anunciado, mas ainda não apresentado pelo governo – causará um processo de "desfinanciamento" do regime geral das aposentadorias, podendo, aí sim, criar um déficit na casa do "trilhão", aponta o economista.

Fonte: Rede Brasil Atual



Presidente do Senado prevê votação da reforma até julho

O Senado deve ter uma Comissão Especial de Acompanhamento da reforma da Previdência. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que os integrantes serão definidos pelos líderes dos partidos na próxima terça-feira (26). A expectativa dele é que o Senado aprove a reforma antes do recesso de julho, se a Câmara votar o texto até abril.

“A gente vai fazer com que o relator dessa comissão seja um membro titular da CCJ [Comissão de Constituição e Justiça] e que ele também possa ser relator da Reforma da Previdência quando ela chegar na nossa Casa”, afirmou o senador durante um café da manhã com jornalistas na residência oficial do Senado.

As negociações são para que o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) assuma a relatoria da reforma da Previdência na comissão especial.

A comissão especial terá como atribuição fazer sugestões e encaminhar recomendações para que a proposta chegue ao Senado com as principais polêmicas já pacificadas para que seja votado na Casa o mesmo texto vindo da Câmara. Caso os senadores modifiquem o mérito do texto da Câmara, a proposta precisará retornar para análise dos deputados e isso pode atrasar muito a conclusão da votação.

Debate - Há pontos, como o que trata do Benefício de Prestação Continuada, o BPC, que exigem discussão prolongada. Pela proposta do governo, a partir dos 60 anos, os idosos receberão R\$ 400. A partir de 70 anos, o valor sobe para um salário mínimo.

Alcolumbre disse ter conversado com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e informado sobre a dificuldade de tramitação ao mesmo tempo da proposta da Lei Anticrime e da reforma da Previdência no Congresso Nacional.

Articulação - Alcolumbre ressaltou que serão necessárias articulações intensas para garantir a aprovação da proposta da Previdência.

Fonte: Agência Brasil

Paim pede calma e responsabilidade

— Deve haver diálogo, tolerância. Nesse caso específico da reforma da Previdência, não pode haver situação e oposição, nós contra eles, eles contra nós. Somos todos Brasil, afirmou o senador Paim ao analisar a PEC da reforma previdenciária.

Paim elogiou alguns pontos da PEC, como o endurecimento das regras para cobrança dos devedores contumazes, os limites impostos ao programa de recuperação fiscal (Refis), o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e as novas normas para aposentadoria dos parlamentares. Porém, criticou outros, como o aumento do tempo de contribuição para os trabalhadores rurais; a exigência da contribuição efetiva sobre a produção do trabalhador rural segurado especial; a privatização do auxílio-acidente, do auxílio-doença e aposentadoria por invalidez; o aumento da idade para receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) integral para 70 anos; e o aumento da idade para efeito de aposentadoria para todos os trabalhadores.

Fonte: Agência Senado



Desemprego bate recorde em metade das capitais

A taxa de desemprego em 2018 foi recorde em 13 capitais brasileiras, considerando a média anual, informou sexta-feira (22) o IBGE, que apurou alta também em oito regiões metropolitanas. Isso em um ano em que o índice não subiu nacionalmente. "Percebe-se que o problema é mais forte nos grandes centros urbanos, acompanhando as maiores concentrações da população", analisou o coordenador de Trabalho e Rendimento do instituto, Cimar Azeredo.

Três dos quatro estados da região Sudeste estão entre os recordistas: São Paulo (14,2%), Rio de Janeiro (12,6%) e Vitória (12,5%). "Metade das capitais do Norte e dois terços das do Nordeste estão nessa situação", diz o IBGE.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, as taxas variaram de 6,5% (Florianópolis) a 18,2% (Macapá). A média nacional foi de 12,3% no ano passado.

O técnico comenta que mesmos nos locais onde houve certa redução do desemprego entre 2017 e 2018, a situação não melhorou no longo prazo. "Observamos que nenhuma capital ou região metropolitana teve redução na desocupação entre 2014 e 2018. Ao contrário, há aumentos bastante expressivos no período."

Outro problema apontado por Azeredo refere-se à informalidade, já que o emprego com carteira assinada caiu em quase todo o país. "Isso revela a qualidade do emprego sendo gerado nos últimos anos. Com a redução da carteira de trabalho e o aumento da informalidade, a contribuição para a Previdência também cai, o que cria problemas mais à frente", lembra.

Considerando as 27 unidades da federação, a taxa de desemprego caiu em 18. As maiores médias foram registradas em Amapá (20,2%), Alagoas (17%), Pernambuco (16,7%) e Sergipe (16,6%). As menores, em Santa Catarina (6,4%), Mato Grosso do Sul (7,2%) e Mato Grosso (7,9%).

A chamada subutilização da força de trabalho – pessoas que poderiam trabalhar mais, mas não conseguiram – foi de 24,4%, o que corresponde a 27,4 milhões. Esse índice vai a 40,4% no Piauí, a 39,6% na Bahia e a 38,6% no Maranhão, caindo para 10,9% em Santa Catarina e a 15,1% em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul.

Segundo a pesquisa, o país teve 4,73 milhões de desalentados em 2018, ante 4,17 milhões no ano anterior. A Bahia tinha 820 mil e o Maranhão, 492 mil.

Fonte: Rede Brasil Atual

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS